

O aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e a integração capitalista europeia*

1. – Na sequência dos chamados *trinta anos gloriosos*, alguns começaram a falar do *capitalismo post-cíclico*, havendo mesmo quem acreditasse na *convergência dos sistemas*, sustentando que deixara de fazer sentido falar do (e lutar pelo) socialismo como alternativa ao capitalismo, porque este era já um *sistema misto*, mais próximo do socialismo do que do capitalismo.

Mas em Agosto/1971 a Administração Nixon rompeu unilateralmente o compromisso assumido em Bretton Woods de garantir a conversão do dólar em ouro a uma certa paridade, o que implicou a passagem ao regime de *câmbios flutuantes*.

Pouco depois, a primeira crise do petróleo (1973-1975) veio lembrar que as crises cíclicas continuavam a fazer parte da vida do capitalismo, e a emergência, pela primeira vez na história das crises capitalistas, de situações generalizadas de *estagflação* tornou claro que, no quadro de um *capitalismo altamente monopolizado*, podiam perfeitamente coexistir situações caracterizadas por taxas elevadas e crescentes de inflação e taxas de crescimento do produto próximas de zero ou mesmo negativas (acompanhadas de taxas de desemprego significativas). O mito do *capitalismo sem crises* caiu por terra.

2. – A *crise do petróleo* trouxe também à luz do dia a *tendência para a baixa da taxa de lucro*, que se vinha observando com clareza, especialmente a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas, tendência que, em última instância, está na origem das crises do capitalismo, da dita *crise do petróleo* e da crise atual.

A resposta àquela crise da primeira metade da década de 1970 traduziu-se na chamada “revolução conservadora”, inspirada na *ideologia neoliberal*, iniciada com o *thatcherismo* no Reino Unido (1979) e com a *reaganomics* nos EUA (1980), que marcam o início de um novo ciclo, em que a *ideologia neoliberal* se confirmou, também

* Comunicação enviada para o Congresso *Álvaro Cunhal, o projecto comunista, Portugal e o mundo de hoje*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nos dias 26 e 27 de Outubro de 2013.

na esfera política, como a ideologia das classes dominantes, sob a liderança do capital financeiro.

Na viragem dos anos 1980 para os anos 1990, e no rescaldo das dificuldades sentidas em todo o mundo capitalista na primeira metade da década de 1970, o ‘velho’ *consenso keynesiano* foi posto de lado e a estratégia para tentar travar aquela perigosa *tendência no sentido da baixa da taxa de lucro* (claramente anunciadora de uma *crise estrutural do capitalismo*) foi ‘codificada’ no chamado *Consenso de Washington*.

Por meados dos anos 1980, após a conversão de Mitterrand ao “socialismo do possível”, as grandes linhas da *ideologia neoliberal* começaram a dominar o pensamento e a ação dos partidos socialistas e sociais-democratas, que recorrentemente vêm defendendo a sua ‘fé’ com o inadmissível ‘argumento’ thatcheriano de que *não há alternativa*.

A rendição da ‘Europa’ à ideologia neoliberal consolidou-se com a criação do mercado interno único (Ato Único Europeu, 1986) e acentuou-se com o Tratado de Maastricht (1992), que criou a União Económica e Monetária (UEM), com a moeda única (o euro), o Banco Central Europeu (BCE) e o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), momentos críticos da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*.

O neoliberalismo consolidou-se como a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemonia construída e consolidada com base na ação do estado capitalista, que é hoje, visivelmente, a *ditadura do grande capital financeiro*.

3. – É o neoliberalismo que informa a *política de globalização neoliberal*, apostada na imposição de um *mercado único de capitais à escala mundial*, assente na *liberdade absoluta da circulação de capitais*, na *independência dos bancos centrais*, na desregulamentação dos mercados financeiros (com a consagração do *princípio da banca universal*), na plena liberdade de criação de *produtos financeiros derivados*. É o reino do *capitalismo de casino*, porque estes são *produtos virtuais*, que servem apenas para ganhar dinheiro com a especulação; são *capital puramente fictício*, sem qualquer relação com a economia real e com as atividades produtivas, cujo valor é fixado em função dos ganhos que os ‘apostadores’ prevêm que podem obter, chamando a si uma parte significativa da riqueza criada pela *economia real*.

A ausência de controlo dos mercados financeiros e dos movimentos de capitais pelos estados nacionais provocou uma onda sem precedentes de concentrações, de fusões e de aquisições de empresas financeiras, colocando o ‘governo’ do mundo nas mãos de um pequeno número de grandes *conglomerados financeiros*. Eles são “os mercados”, e é claro que “os mercados” (nome de código do capital financeiro especulador) não têm nada que ver com a tão virtuosa concorrência livre e não falseada do discurso dominante e não podem ser (nem são) compatíveis com a democracia.

Esta *financeirização da economia* veio facilitar a *propagação contagiosa dos fatores de risco*, de tal modo que uma doença localizada pode transformar-se rapidamente em pandemia à escala global. Nisto consiste o *risco sistémico*, o risco de desmoronamento do sistema financeiro à escala mundial.

A ‘subversão’ resultante da hegemonia do capital financeiro provocou um enorme desvio de recursos disponíveis das atividades produtivas para atividades especulativas, que se traduzem na criação e destruição contínuas de capital fictício nos mercados financeiros. Desde o início dos anos 1970, as economias capitalistas sofreram mais crises do que em qualquer outro período. E as crises recorrentes das últimas décadas, com início no *crash* da bolsa de Nova York em 1967, foram claros anúncios da crise atual.

Em 1995, no rescaldo da crise que teve o peso mexicano como protagonista (“a primeira grande crise dos mercados globalizados”, que fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro de todo o mundo capitalista), os governantes de serviço reconheceram que “o mundo está nas mãos *destes tipos*”, os grandes especuladores, “a *sida* da economia mundial” (Jacques Chirac).

Acertaram no diagnóstico, mas não fizeram nada para combater a pandemia, porque os criadores são dominados pelas suas próprias criaturas.

O capital financeiro descobriu um *modo autónomo de ganhar dinheiro*, com base na especulação (especulação com produtos financeiros, com matérias-primas, com produtos energéticos, com alimentos, com a vida de milhões de pessoas, afinal), ainda que à custa da saúde económica das empresas do setor produtivo, assim transformadas em meras fichas dos jogos de casino (é o *capitalismo de casino*).

As ‘metas’ atribuídas pelos donos do capital aos gestores profissionais das sociedades cotadas em bolsa passaram a traduzir-se na garantia de elevados rendimentos financeiros a curto prazo e na distribuição pelos acionistas-investidores do máximo lucro em cada exercício. Este é um caminho que privilegia a *ótica do curto prazo* e

desvaloriza a *ótica de médio e longo prazos*, uma lógica que pode ajudar a compreender o fenômeno de ‘desindustrialização’ que se vem registrando, perigosamente, nos grandes países capitalistas.

Assim exerce o capital financeiro a sua ‘arte’ de se apropriar de uma parte relevante da mais-valia criada na economia real. Assim se alimenta o processo de *financeirização*, a subordinação do capital produtivo ao capital financeiro puramente especulativo. E, em última instância, a lógica do capital financeiro, ao desvalorizar os investimentos a médio prazo e a longo prazo, põe em causa o financiamento adequado do investimento produtivo e da inovação, com a conseqüente menor criação de emprego e maior pressão para *cortar nos custos salariais*, na tentativa de compensar o aumento dos encargos financeiros das empresas e contrariar a *tendência para a baixa da taxa de lucro* nas atividades não-financeiras, que aquelas práticas acentuam.

4. – A sucessão de crises mais ou menos graves anos a fio mostra até que ponto se têm agudizado as dificuldades do capital na *realização da mais-valia* e ajuda a compreender a acentuação da *tendência para a baixa da taxa de lucro*, que a crise de 1973-1975 evidenciara.

Como é sabido, esta tendência só pode ser contrariada sacrificando os rendimentos e os direitos dos trabalhadores, enquanto for social e politicamente possível aumentar a sua exploração para assegurar a mais-valia (de onde sai o lucro, que é o combustível que faz andar a máquina capitalista).

E o *estado capitalista* assumiu as suas responsabilidades a este respeito, levando à prática as *políticas neoliberais* que, nas últimas décadas, se têm traduzido em ataques ao movimento sindical e à contratação coletiva, na precarização do emprego e na liberalização e embaratecimento dos despedimentos, na diminuição do poder de compra dos salários e da parte dos salários no rendimento global, na diminuição do poder de compra dos salários e da parte dos salários no rendimento global, na redução dos custos da mão-de-obra (nomeadamente através da diminuição dos descontos das entidades patronais para a segurança social), na redução dos direitos sociais dos trabalhadores, no aumento do horário de trabalho, em suma: no aumento do tempo de *trabalho não pago*.

5. – A emergência de um *mercado mundial da força trabalho* colocou em concorrência trabalhadores de diferentes partes do mundo, com níveis de desenvolvimento muito diferentes, com diferentes histórias coletivas, com muito

diferentes níveis salariais e expectativas de vida e muito diferentes condições para enfrentar a sua situação como classe explorada.

Há quem defenda que a principal consequência social da mundialização foi precisamente o enorme alargamento do *exército de reserva de mão-de-obra* à disposição do grande capital. Seja como for, esse facto é, sem dúvida, um elemento novo na caracterização do capitalismo global, que não existia em 1916, quando Lenine publicou o estudo clássico sobre *O Imperialismo*. Na verdade, a ‘globalização’ e, no contexto europeu, o alargamento da UE aos países da Europa central e de leste aumentaram enormemente o *exército de reserva de mão-de-obra* em benefício das grandes empresas dos países liderantes à escala mundial e acentuaram a concorrência entre os trabalhadores.

Por outro lado, tendo como pano de fundo a *política de globalização neoliberal*, a *financeirização* da economia (o *modus operandi* do capitalismo contemporâneo) foi acompanhada, nos países industrializados, pela *internacionalização* de muitas empresas industriais, i.é, pela *deslocalização* de muitas delas (acompanhada da exportação de capitais) para países com mão-de-obra barata e sem direitos (China, Índia, Indonésia, Bangladesh e outros países do chamado ‘Terceiro Mundo’), o que se traduziu em acentuada *desindustrialização* dos países ‘desenvolvidos’ com profundas alterações na estrutura da produção e do emprego e com repercussões em termos de reforço da debilidade das estruturas produtivas dos países ‘dominantes’.

E esta debilidade vem deixando, por um lado, cada vez mais como único recurso do capital as políticas que atacam a segurança do emprego, os níveis salariais e os direitos sociais dos trabalhadores dos países mais industrializados. E vem dificultando, por outro lado, a criação de emprego no momento da ultrapassagem dos períodos de depressão, com a agravante de os novos postos de trabalho (criados sobretudo no setor dos serviços) oferecerem salários bastante mais baixos do que aqueles que foram destruídos na indústria. Muitos destes trabalhadores integram o número elevado de *pobres que trabalham* (trabalham, mas o salário que recebem não é suficiente para os livrar da situação de pobreza), situação que está a revelar-se como um *problema estrutural* das sociedades capitalistas, mesmo as mais ricas.

E aqui pode radicar um *fator estrutural* gerador da *baixa dos salários reais* nas sociedades capitalistas ‘desenvolvidas’, aumentando as desigualdades e potenciando a ocorrência de crises cíclicas.

6. – Com a implosão da URSS e o desaparecimento da comunidade socialista europeia, a *contra-revolução monetarista* ganhou novo fôlego, a *ideologia neoliberal* ampliou e acentuou o seu domínio, e os ‘donos’ do mundo acreditaram que não havia razão para medos e que, como os vampiros, poderiam *comer tudo e não deixar nada*.

Sempre tem sido assim: quando as condições objetivas permitem alimentar o sonho de que o capitalismo tem garantida a eternidade, ganha força a tentação reacionária de regressar à barbárie que caracterizou as relações industriais nos primeiros tempos do capitalismo. Foi o que aconteceu, com particular violência, a partir dos anos 1980. E as consequências estão à vista.

Segundo dados do FMI (outono/2010), as políticas neoliberais destruíram, em 2009, à escala mundial, 30 milhões de postos de trabalho (um bom contributo para engrossar o número dos desempregados à escala mundial, que ultrapassará, em 2013, segundo a OIT, os 200 milhões), sendo que 1530 milhões dos que têm trabalho desenvolvem a sua atividade em condições de precariedade.

Olhando para a Europa e considerando *pobres* aqueles que auferem rendimento inferior a 60% do salário médio do país onde vivem, um Relatório aprovado pelo Parlamento Europeu no *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza* diz que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da rica UE (incluindo 19 milhões de crianças) eram afetados por situações de *pobreza* e de *exclusão social* e que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus eram considerados pobres. Dados da Comissão Europeia referentes a 2010 confirmam que cerca de 17% dos europeus não têm recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas.

Um estudo da *Fabian Society*, de finais de 2009 (*The Independent*, 30.11.2009), concluía que as políticas levadas a cabo no Reino Unido por conservadores e trabalhistas (de Thatcher a Blair e a Gordon Brown) colocaram o país “perante o risco de regressar a níveis de pobreza idênticos aos da era vitoriana”. É o relógio da história a andar duzentos anos para trás.

O *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”.

Nesta *Europa do capital*, um em cada quatro jovens não encontra um posto de trabalho. Na Grécia, um em cada cinco sem abrigo tem um curso superior.

São sinais de alarme particularmente significativos, num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados.

O aumento das desigualdades e da pobreza, a diminuição do poder de compra dos trabalhadores são fatores que potenciam a ocorrência de crises cíclicas: a diminuição da procura global não permite que as empresas vendam todos bens que são produzidos para vender (para realizar a mais-valia e obter lucros). Perante as situações de sobreprodução, as crises (*crises de realização da mais-valia*) são ‘necessárias’ para interromper o processo de acumulação do capital e ‘destruir’ o capital em excesso (equipamentos, edifícios, recursos materiais, conhecimento, trabalhadores ‘condenados’ ao desemprego em massa).

Foi o que aconteceu, mais uma vez. Parece até que tudo foi planeado para que a crise acontecesse, de modo a que, a pretexto dela, pudessem atacar-se, violentamente, os direitos sociais dos trabalhadores (e, portanto, também os seus direitos civis e políticos), no quadro de uma indisfarçável *ditadura do capital financeiro*.

Em dezembro 2011, o Secretário-Geral da OCDE recordava que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”. As contradições do capitalismo podem estar a atingir um limite insuportável.

7. – As políticas neoliberais asseguraram ao capital a quase totalidade dos ganhos da produtividade resultante do desenvolvimento científico e tecnológico acelerado e rapidamente transferido para a atividade produtiva, e promoveram, de todas as formas, a redução do poder de compra da grande maioria da população. Tentando compensar as consequências perversas destas políticas, o sistema recorreu, durante as décadas de 1980 e 1990, à chamada *economia do crédito*, usando e abusando dos mecanismos do crédito ao consumo e de outras modalidades de crédito pessoal para ‘obrigar’ as pessoas e as famílias a gastar o que tinham e o que não tinham.

No caso dos EUA, é nítido que o capital financeiro percebeu que, para garantir os seus lucros, precisava de envolver também os pobres (e não só a classe média) nos mecanismos do crédito. Daí a expansão descontrolada dos *empréstimos subprime*, concedidos sem respeitar as regras técnicas sobre as garantias exigidas a quem recorre ao crédito, no que toca à sua capacidade para cumprir atempadamente os encargos da dívida, concedidos muitas vezes a quem não tinha rendimentos, nem emprego, nem ativos (*empréstimos tipo ninja* – “**No Income, no Job or Asset**”).

O regabofe foi de tal ordem que, já em 2004, o próprio FBI chamava a atenção, publicamente, para o que designava “uma epidemia de fraudes hipotecárias”. As entidades reguladoras fizeram de conta que não viam nada e a Administração Bush não só não fez nada como deu a entender, com suficiente clareza, que nada faria.

Quando os *produtos financeiros derivados* resultantes da titularização dos créditos hipotecários, embora teoricamente negociáveis, deixaram de ser negociados na prática, porque ninguém os queria, chegou-se ao fim do caminho: a banca do ‘casino’ ficou sem fundos e os ‘buracos’ sem fundo apareceram por todos os lados.

Em pouco tempo a crise instalou-se no *mercado interbancário*, porque os bancos, conhecendo bem o *lixo* que todos tinham acumulado, deixaram de confiar uns nos outros e suspenderam as operações de crédito entre eles, o que provocou a diminuição da liquidez, a escassez do crédito, o aumento das taxas de juro e o ‘arrefecimento’ da economia.

8. – Por pressão do capital financeiro, o *estado capitalista*, fiel aos dogmas do neoliberalismo, concedeu todas as liberdades à especulação. Quando o ‘negócio’ faliu, foi chamado para salvar os especuladores, tendo respondido à chamada com toda a solicitude e determinação, obrigando o povo para pagar a fatura. Invocando o *risco sistémico* (que até então ignorara), a Administração Bush, que sempre considerou a ‘intervenção’ do estado na economia como um dos sinais da existência do *império do mal*, protagonizou a mais dispendiosa operação do estado desde os anos trinta e, após a falência do Lehman Brothers, proclamou que não deixaria falir mais bancos. Estava inventado o *capitalismo sem falências*.

E como muitos dos ‘buracos’ do setor financeiro resultaram claramente de práticas irresponsáveis, ilegais e criminosas, o capitalismo mostrou a sua face de *capitalismo do crime sistémico* (os bancos não são apenas *too big to fail*, são também *too big to jail*).

No final de 2008, a *crise financeira* degenerou em *crise económica*, que teve o momento mais simbólico no afundamento da *General Motors*, o símbolo da indústria americana e do poderio americano, salva à custa de milhões e milhões de dólares saídos dos bolsos dos contribuintes.

Seguindo o exemplo americano, o Conselho Europeu de outubro/2008 anunciou a entrada da UE na era do *capitalismo sem falências*, ao decidir que não deixaria falir

nenhuma instituição financeira importante, oferecendo assim ao grande capital financeiro um seguro gratuito, que cobre mesmo ações irresponsáveis e até criminosas.

Tal como nos EUA, os estados europeus gastaram milhões de milhões de euros no salvamento de instituições financeiras cercadas pelo fogo que elas próprias tinham ateado, ‘nacionalizando-as’, no todo ou em parte, mas abstendo-se de intervir na sua gestão, que continuou nas mãos dos que as conduziram à falência de forma fraudulenta. Para que os bancos privados pudessem continuar a vestir a pele de *bancos bons*, o estado transferiu muito do lixo tóxico para *bancos maus* (bancos públicos), num claro processo de *coletivização dos prejuízos* para garantir os lucros do grande capital financeiro especulador.

Na primavera de 2009 ficou claro que o colapso total só foi evitado graças à intervenção financeira sem precedentes do *estado capitalista*, que absorveu um valor correspondente a 80% do PNB nos EUA e no Reino Unido e conduziu ao aumento do défice público e da dívida externa de vários países.

Na Europa, especialmente nos países mais débeis da Eurozona (Grécia, Irlanda e Portugal), à crise financeira e à crise económica veio juntar-se a *crise fiscal*, evidenciando uma *crise do euro*, que os dirigentes europeus não quiseram assumir como um problema comunitário, optando por tratar os povos daqueles países como ‘criminosos’ (ou ‘pecadores’) que mereciam as mais duras penas, mesmo as que atingem a sua dignidade pessoal e colectiva. Obrigaram-nos a pagar sozinhos os custos da defesa do euro do ataque dos especuladores e estão a transformá-los em verdadeiras colónias, esbulhando-os das empresas estratégicas e das competências em que assenta a verdadeira soberania.

9. – Até 2008, a dívida pública externa da generalidade dos estados-membros da UE (incluindo quase todos os que passam agora por dificuldades) tinha crescido moderadamente, ao contrário do que se verificava com a dívida externa privada (empresas e famílias). Em Portugal e em outros países, uma boa parte desta dívida externa privada (contraída pelos bancos e pelas grandes empresas) foi, aliás, contraída para financiar setores de bens não transacionáveis (infra-estruturas rodoviárias, energia, saúde, telecomunicações), nos quais apostaram, solidariamente, os grupos financeiros e os grandes grupos económicos, com a cumplicidade ativa dos vários governos e da ‘nomenclatura’ comunitária.

Quanto à dívida pública, trata-se, em larga medida, de dívida contraída para preencher a contrapartida nacional no financiamento de projetos aprovados pela Comissão Europeia e co-financiados por fundos comunitários, muitas vezes entregues ao grande capital financeiro através de leoninas *parcerias público-privadas*, que garantem aos parceiros privados principescas *rendas feudais*, sem qualquer risco (é o *capitalismo sem risco*). É óbvio que a UE não pode pôr-se fora da história da dívida (da dívida de Portugal e de outros países), nem pode vir agora dizer que se tratou de um endividamento irresponsável e de investimentos errados. Foram os investimentos seleccionados segundo os critérios da UE, apoiados e financiados pela Comissão Europeia.

À luz do que fica dito, impõe-se fazer dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar, o problema em equação em 2008 e que a crise veio agudizar não se apresenta, pois, para Portugal e para outros países (como a Espanha, a Grécia e a Irlanda), como um problema de *dívida pública* (um problema de *dívida soberana*) mas como um problema de *dívida externa* (pública e privada), que representava mais de $\frac{3}{4}$ da dívida pública.

Em segundo lugar, a situação criada em Portugal não pode explicar-se pelos *vícios* dos ‘países do sul’, cujos povos preguiçosos persistiram no ‘pecado’ de querer viver acima das suas posses. No início da crise, mais de 60% das famílias portuguesas não deviam nada aos bancos; a dívida das famílias era, em grande parte, dívida das famílias de rendimentos mais elevados; uma fatia importante desta dívida foi contraída para a compra de habitação própria, uma *escolha racional*, dada a quase inexistência do mercado de arrendamento e o nível elevado das rendas. Acresce que o peso do crédito mal parado no que toca às dívidas das famílias era bastante inferior ao do crédito mal parado resultante de dívidas das empresas.

Em Portugal e nos demais países da ‘periferia’ da Eurozona a origem da dívida externa radica, essencialmente, nos défices das respetivas balanças de pagamentos correntes, fruto da política neo-mercantilista da Alemanha (como à frente se dirá) e da atuação das grandes empresas privadas, com a cumplicidade ativa e interessada da banca. O resto é obra dos mecanismos bem oleados da especulação financeira profissional, da crise da ‘Europa’ e das políticas de salvamento do sistema financeiro, que agravaram e prolongaram a crise e as suas consequências. Por isso é que a *dívida externa* aumentou mesmo nos países em que o défice das contas públicas diminuiu e não ultrapassou o limite de 3% imposto pelo PEC (Espanha e Irlanda). O que aconteceu

é que, em todos eles, o défice privado aumentou muito mais do que o défice público (mesmo na Grécia e em Portugal, onde se registou um aumento deste último défice).

10. – A presente crise do capitalismo tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e de destruição do capital em excesso e que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* de que vive o grande capital financeiro. A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear.

Com efeito, a história do capitalismo maduro mostra que os períodos de crescimento económico e de desenvolvimento social foram aqueles em que os trabalhadores tiveram mais segurança no emprego, viram aumentar a sua parte no rendimento global e dispuseram de maior poder de compra.

Ao invés, a realidade das últimas décadas mostra que o agravamento da exploração dos trabalhadores tem provocado situações recorrentes de sobrecapitalização e de sobreprodução, cada vez mais frequentes, mais profundas e mais dilatadas no tempo, ao mesmo tempo que se vem tornando cada vez mais difícil para o capital recuperar os *adiantamentos* feitos na aquisição de equipamentos muito caros.

Esta é a questão central que está por detrás da crise (desta e de todas as outras crises do capitalismo). E ela traduz uma contradição que o capitalismo não consegue ultrapassar, a contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a natureza das relações de produção próprias do capitalismo, que assentam no trabalho assalariado e pressupõem a maximização do lucro do capital.

A lógica do capitalismo assenta na exploração do trabalho assalariado, que gera a *mais-valia*, de onde sai o lucro, cuja maximização é o móbil do capital. Por outro lado, a *realização da mais-valia* criada pelo trabalho produtivo exige que sejam vendidos a um preço compensador todos os bens produzidos. Assim sendo, o capital precisa que a procura agregada cresça (o que exige o aumento do poder de compra dos trabalhadores), de modo a acompanhar o ritmo da acumulação do capital. Perante este dilema, o capital comporta-se como o escorpião da fábula: atua de acordo com a sua natureza. Mas, ao acentuar a exploração dos trabalhadores, asfixia-se a si próprio, dificultando a

realização da mais-valia e despertando os trabalhadores para a *revolução social*, porque o agravamento da exploração deixa de ser suportável.

11. – A consolidação do *mercado interno* e a construção da UEM têm-se traduzido, para os estados-membros da UE, na perda de soberania (em *europês*, fala-se de *soberania partilhada*) em vários domínios. E esta perda tem sido agravada pela alienação do *setor empresarial do estado*, que retira aos estados nacionais qualquer possibilidade de atuação direta na economia, nomeadamente em setores estratégicos, com fortes efeitos de irradiação em outros setores da atividade económica.

Importa ter presente, porém, que, apesar das perdas de soberania atrás referidas, a UE não é um estado federal: o Parlamento Europeu não é a sede do poder político da União; a Comissão Europeia não é um governo federal; um orçamento que mobiliza cerca de 1% do PIB comunitário está longe de um orçamento federal digno desse nome.

Isto significa que as competências perdidas pelos estados-membros *não são transferidas* para as instituições da União. Caem na esfera dos “mercados”, que confiam a sua gestão do dia a dia à burocracia de Bruxelas, a ‘voz do dono’ do neoliberalismo e dos interesses que ele representa.

Amputada a sua soberania monetária e cambial e fortemente limitada a soberania em matéria de política orçamental, os países do euro foram (especialmente os mais débeis) têm enfrentado os choques externos recorrendo às políticas de *arrocho salarial* e de destruição do estado social, que servem também para tentar contrariar a baixa tendencial da taxa de lucro e para garantir ao capital a apropriação dos ganhos de produtividade.

Neste quadro, a crise chegou e veio confirmar o que já se sabia: em caso de crise grave, a UE não tem meios para se defender, não tem órgãos com competência política e com meios financeiros para definir *políticas comunitárias* que possam ser mobilizadas para ajudar os países mais fracos a ultrapassá-la, nem tem a cultura da *solidariedade*, sem a qual não se pode falar de um espaço político integrado.

Como tem sido visível desde a eclosão da crise, o Parlamento Europeu, apesar das proclamações do Tratado de Lisboa, continua a ser um nada político e a Comissão Europeia está reduzida a um aparelho burocrático, sem qualquer prestígio e sem qualquer capacidade de iniciativa. Nesta *Europa do capital*, quem ‘governa’ é o grande capital financeiro e as suas agências, tudo se resolvendo segundo a correlação de forças reinante, à margem das instituições comunitárias (e, sobretudo, dos povos da Europa),

por imposição do mais forte e ao ritmo do calendário eleitoral da Alemanha e da estratégia eleitoral da Sr^a Merkel e do seu partido.

12. – Nos EUA (como no Japão, no RU, na China e em outros países), o banco central (FED) é uma *agência governamental* entre outras, *independent within the Government*, obrigado a trabalhar, em conjugação de esforços com o Parlamento e o Governo, no sentido de adequar a sua ação não só ao objetivo da estabilidade dos preços como aos objetivos do crescimento económico e da promoção do emprego, cuja definição e concretização cabe aos órgãos do poder político.

No quadro da UE, o BCE é o responsável pela *política monetária única* dos países que adotaram o euro como moeda, e o objetivo primordial da sua ação é o da *estabilidade dos preços*, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objetivos de política económica (crescimento económico, luta contra o desemprego e promoção do pleno emprego, redistribuição do rendimento, desenvolvimento regional equilibrado). É, pois, um banco central que não dispõe dos meios que lhe permitam atuar no combate às crises cíclicas.

Em outro plano, os estados-membros que integram a zona euro não podem emitir moeda (competência exclusiva do BCE, o mais ‘independente’ de todos os bancos centrais do mundo). Ao contrário do que acontece com os países acima referidos e com muitos outros, não podem, pois, financiar as políticas públicas recorrendo à via monetária (i.é, à emissão de moeda). E não podem também beneficiar de qualquer tipo de crédito concedido pelo BCE, ao qual é igualmente vedado comprar diretamente (no mercado primário) títulos de dívida emitidos pela União ou pelos estados-membros, bem como garantir, por qualquer meio, obrigações ou dívidas da União ou dos estados-membros.

Ao menos para os estados mais débeis, a perda da capacidade de se financiar através da emissão de moeda equivale, em boa verdade, à *privatização do estado*, colocando os estados nacionais na mesma situação de qualquer particular: quando precisam de dinheiro, vão aos “mercados” e estes é que decidem se concedem crédito ou não (e em que condições), decidindo, em último termo, o que convém ou não convém ao país, apesar de não terem nenhum mandato democrático para o exercício dessa função de gestores da *res publica*.

É isto que “os mercados” querem: famílias, empresas, estados, estão todos nas mãos do capital financeiro. E é claro que esta situação de dependência tem permitido o

aumento exponencial do *poder de mercado* e do *poder político* do capital financeiro. Tal é o resultado do consagrado dogma da *independência dos bancos centrais*.

Criados o BCE e o euro para consolidar o controlo das políticas económicas da UE e dos estados-membros pelo grande capital financeiro (os chamados “mercados”), o BCE tem usado a sua ‘soberania’ para atuar como instrumento da *financeirização* da Europa e como guardião dos interesses do capital financeiro especulador, financiando, com dinheiros públicos, a atividade especulativa dos bancos privados, salvos da falência (resultante dos *jogos de casino*) graças às operações de salvamento levadas a cabo pelos estados nacionais, que para o efeito tiveram de se endividar junto dos “mercados” (i.é, junto dos mesmos bancos especuladores). Acusados de viver acima das suas posses, os povos dos ‘países do sul’ têm sido obrigados a pagar todas estas dívidas, sacrificados nos seus direitos e humilhados na sua dignidade, por força de políticas draconianas de *austeridade punitiva* impostas pelo BCE, vestindo a própria farda ou inserido no exército da *troika*.

É uma situação algo esquizofrénica, que carece de cura urgente.

13. – Vedado, no quadro da UEM, o recurso à desvalorização da moeda (que há anos fazia parte de todos os pacotes impostos pelo FMI), ganhou força a tese dos que, aplicando cegamente os cânones do neoliberalismo, sustentam há anos que a *redução dos custos do trabalho* é a única variável estratégica capaz de permitir ganhos de competitividade suscetíveis de impulsionar o aumento das exportações e a reanimação da economia europeia. Daí as políticas referidas *supra* (nº 4, último parágrafo).

Para o bem e para o mal, a política de salários está fora das competências comunitárias. Mas a Comissão, a pretexto do controlo do cumprimento dos cânones maastrichtianos relativos ao défice público e à dívida externa, tem promovido ativamente políticas de ‘flexibilização’ da legislação laboral, de baixa dos salários e de despedimento de trabalhadores da administração pública. E os governos dos estados-membros da UE, da responsabilidade de partidos conservadores, socialistas ou sociais-democratas, têm atuado no mesmo sentido, em obediência ao catecismo neoliberal, muitas vezes sem respeitar as normas constitucionais e os princípios do estado de direito democrático em vigor.

Passou à história a retórica propagandística desenvolvida por ocasião da famosa *Estratégia de Lisboa* (março/2000), onde se proclamava o objetivo de fazer da UE a “economia do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de um

crescimento económico sustentável, acompanhado de melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social”.

Os Tratados estruturantes da UE proclamam enfaticamente a “necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia da União” e afirmam, em consonância, a opção por políticas que promovam “mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas”. As ‘reformas estruturais’ de que tanto se tem falado neste tempo de crise têm obedecido todas à lógica da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, consolidando a *Europa do capital* contra a *Europa do trabalho*.

14. – Ao contrário do que deveria ser a cooperação entre os países que integram um *mercado único* (muitos deles com a mesma moeda), a Alemanha, que tem a economia mais forte a operar neste mercado, vem desenvolvendo uma política de cariz *mercantilista*, apostada em conseguir o saldo positivo das suas contas à custa dos défices dos seus parceiros comerciais e empenhada em transferir para os restantes países da zona euro os custos da recuperação da economia alemã. Além de contrariar em absoluto a filosofia orientadora da integração europeia, esta política põe em causa a coesão social no seio da sociedade alemã e no seio da UE e ameaça a estabilidade da frágil união monetária europeia, criada – como sabemos – por razões políticas, sem preencher minimamente os requisitos teóricos de uma *zona monetária ótima*.

A união monetária europeia dificilmente poderá continuar a suportar as consequências desta política, que conduz a uma contribuição da Alemanha para a procura europeia global muito inferior ao seu peso na economia da zona euro e que se traduz em défices comerciais cada vez maiores dos parceiros europeus da Alemanha, obrigados a *endividar-se* para pagar os bens que a Alemanha precisa de exportar (esta a origem da dívida externa, pública e privada, dos ‘países do sul’).

Por outro lado, o empobrecimento dos povos não os torna mais capazes para se desenvolver, nem mais competitivos; torna-os mais vulneráveis e menos capazes de progredir. Por isso esta não é uma estratégia promotora do crescimento, muito menos do crescimento equilibrado de todos os povos da União e, ainda menos, uma estratégia de aproximação dos níveis de vida de todos eles. É uma estratégia de domínio ‘colonial’ em benefício exclusivo da elite ‘colonialista’. Os mais débeis estarão cada vez mais no lugar da *panela de barro*, necessariamente esmagada pela *panela de ferro*.

Indo ao fundo das questões, é incontestável que o alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social gerado por tal política é algo que põe em causa as

condições de vida em democracia. Porque a *pobreza* não significa apenas baixo nível de rendimento e de poder de compra. A pobreza extrema priva os pobres da liberdade económica, mas, sobretudo, faz deles pessoas indefesas perante a violação de outros tipos de liberdade, incapazes de preservar e afirmar a sua dignidade enquanto pessoas.

Porque a *pobreza* não significa apenas baixo nível de rendimento e de poder de compra. Ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a preservação e afirmação da sua dignidade enquanto pessoas. A pobreza extrema priva os pobres da liberdade económica, mas, sobretudo, faz deles pessoas indefesas perante a violação de outros tipos de liberdade. As situações de acentuada concentração do rendimento matam a democracia, ainda que os povos sejam chamados, periodicamente, a participar no espetáculo eleitoral.

As políticas de empobrecimento ‘punitivo’ (a chamada *austeridade*) são incompatíveis com a democracia real. Poderá falar-se democracia num país como o nosso, com mais de dois milhões de pobres ou muito pobres, cujo governo persiste em aplicar políticas das quais só pode esperar-se o aumento do desemprego, o aumento do número dos desempregados que não recebem qualquer apoio do estado, o aumento das despesas das famílias com a educação, com a saúde, com os transportes e com outros bens essenciais, o aumento das desigualdades e a diminuição dos salários, das pensões e das prestações sociais?

As políticas de *austeridade regeneradora* são uma tentativa de contornar pela violência (o *crime sistémico*, marca do capitalismo dos nossos dias) a *tendência para a baixa da taxa de lucro*. Acentuando a exploração dos trabalhadores, elas conduzem a um nível de pobreza tão desumana e a uma desigualdade social tão afrontosa que constituem, sem disfarce, uma situação de *violência extrema*. Não são políticas democráticas e só poderão manter-se através do recurso sistemático à violência organizada. Os governos que as praticam carecem de legitimidade democrática.

15. – Os gestores do *capitalismo de casino* sabem, desde o início, que as *políticas de austeridade* só podem agravar os problemas do défice, da dívida externa, do crescimento económico, do desemprego, da desigualdade e da pobreza. Ora, se sem crescimento a crise é inevitável, é óbvio que, sem crescimento, não se sai da crise.

Todos sabem que a *terapia de choque* imposta pelo capital financeiro privará os estados em dificuldades de ativos estratégicos essenciais à manutenção do estatuto de soberania. Todos sabem que esta terapia representa uma *política de classe* destinada a

esbulhar violentamente os trabalhadores de direitos conquistados, um a um, à custa de muitas lutas e de muitas vítimas. E todos querem isto mesmo: fazer andar o relógio da história duzentos anos para trás. A grande comunicação social é o púlpito onde pregam, dia e noite (que para isso lhes pagam), todos os arautos desta cruzada contra a democracia e contra a civilização igualitária do nosso tempo.

Resta saber se este capitalismo assente no *crime sistémico*, que se alimenta de *rendas parasitas* de tipo feudal, pode manter-se por muito tempo. Após um longo período de degradação, o feudalismo medieval acabou por ceder o seu lugar à nova sociedade capitalista quando as relações de produção, assentes na propriedade feudal da terra e na servidão pessoal, deixaram de poder assegurar as rendas, os privilégios e o estatuto dos senhores feudais, que já não tinham mais margem para novas exigências aos trabalhadores servos. Talvez estas crises do capitalismo e esta fúria de tentar resolvê-las, com tanta violência, à custa dos salários, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores sejam o prenúncio de que as atuais estruturas capitalistas já não conseguem, nos quadros da vida democrática, garantir as ‘rendas’ e o estatuto das classes dominantes.

Termino citando Eric Hobsbawm: “O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente como internamente, de que chegámos a um ponto de crise histórica. (...) O nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão. Tem de mudar.”

Fornotelheiro, agosto/setembro de 2013

António José Avelãs Nunes

BIBLIOGRAFIA

AVELÃS NUNES, António – *A Crise do Capitalismo - Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, 5ª edição (revista), Página a Página, Lisboa.

CARVALHO, Pedro – “A Crise por detrás da(s) Crise(s). Reflexões sobre a evolução sistema capitalista do século XIX à Grande Depressão”, em *Vértice*, nº 152, maio-junho/2010, 81-99;

CASSIDY, John – *How Markets Fail – The Logic of Economic Calamities*, Londres, Allen Lane/Penguin Books, 2009.

CROTTY, James – “The Neoliberal Paradox : The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era”, em *Review of Radical Political Economics*, Vol. 35, nº 3 (2003), 271-279.

DUMÉNIL, Gérard e Dominique LÉVY – “The profit rate: where and how much did it fall? Did it recover? (USA 1948-2000)”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 34 (2002), 437-461.

- GALBRAITH, James K. – *Introdução* à tradução brasileira de John Kenneth GALBRAITH, 1929 - *A Grande Crise*, Larousse do Brasil, São Paulo, 2010, 9-14.
- GALLIN, Dan – “Reinventar a política sindical”, em B. CASSEN e outros (Coord.), *Contra a ditadura dos mercados*, trad. port., Campo da Comunicação, Porto, 2000, 101-122.
- HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX: 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- KRUGMAN, Paul – *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.
- LAPAVITSAS, Costas – “Financialised Capitalism : Crisis and Financial Expropriation”, em *Historical Materialism*, Vol. 17 (2009), 114-148.
- LAPAVITSAS, C., A. Kaltenbrunner, G. Lambrinidis e outros – “The Eurozone Between Austerity and Default”, RMF Occasional Report, setembro/2010, em www.researchonmoneyandfinance.org.
- MARAZZI, Christian – *The Violence of Financial Capitalism* (trad.), Semiotext(e), Los Angeles, 2011 [edição em italiano, Edizioni Casagrande, Bellinzona, Suíça, 2011].
- RIBEIRO, Sérgio – “O contributo de Marx para o marxismo”, em *Boletim de Ciências Económicas*, vol. LV (2012).
- ROBERTS, Paul Craig – “O colapso da economia americana e o fim do mundo”, em <http://www.paulcraigroberts.org/2012/07/08/the-collapsing-us-economy-end-world>
- SEN, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- STOCKHAMMER, Engelbert – “Neoliberalism, Income Distribution and the Causes of the Crisis”, em <http://researchonmoneyandfinance.org>, versão 0.6:17 junho 2010.